

MARTINS CAPELA E A IGREJA CATÓLICA NA TRANSIÇÃO ENTRE A MONARQUIA CONSTITUCIONAL E A REPÚBLICA

AMARO CARVALHO DA SILVA

Introdução

1. A vida, a obra e o ideário do padre Manuel José Martins Capela (1842-1925), natural da freguesia de Carvalheira do concelho de Terras de Bouro e distrito de Braga, é um excelente pretexto ou ponto de partida para uma abordagem das múltiplas e variadas problemáticas que se colocam à Igreja Católica portuguesa, concretamente à igreja bracarense, no período de transição da Monarquia à República.

Martins Capela foi uma personalidade destacada da divulgação do Neotomismo na sequência da encíclica *Aeterni Patris* (1879), da investigação científica (arqueologia), do culto do latim, do jornalismo e das polémicas públicas, do Nacionalismo Católico (1901-1910) e da educação e do ensino. Dedicado até ao abandono de si, meticuloso até ao escrúpulo, autodidacta perfeccionista, homem de fé inquebrantável e sacerdote de espiritualidade exemplar, julgamos que o seu “caso” nos permitirá uma leitura sobre a passagem da Monarquia à República.

Não são apenas os aspectos sociais, políticos, económicos e filosóficos que interessam; a dimensão subjectiva e psicológica dos processos históricos torna-se indispensável em tempo consagrado à análise de “casos” e à abordagem da vida privada como testemunho concreto de um devir histórico que não se confina a um conjunto de ideias gerais, tantas vezes arbitrárias e tendenciosas.

2. Porque o *Diário* (1891-1920) de Martins Capela continua a ser um texto inédito e imprescindível para o conhecimento de uma certa história

regional e nacional, vamos considerá-lo como uma das principais fontes do presente trabalho ¹. Por outro lado, este é um documento ímpar para quem se interessa por histórias de vida, biografias, história regional e percursos de homens da Igreja.

3. Julgamos correcto estabelecer-se a década de 80 do século XIX e a segunda década do século XX como balizas da transição Monarquia-República. De 1880 a 1917 é uma delimitação aceitável.

Na década de 80, a partir da encíclica *Aeterni Patris* (1879), afirmou-se o Neotomismo e a Neo-escolástica, as ordens religiosas foram retomando a sua legal normalidade e a encíclica *Humanum Genus* (1883) anatematizou a maçonaria. Por sua vez, nessa mesma década, o Positivismo afirmou-se, a republicanização do país – convergência de republicanos e mações – foi assumida, sobretudo após as grandiosas festas do tricentenário de Camões, e o primeiro deputado republicano (Rodrigues de Freitas) já havia sido eleito. Na segunda década do século XX restabeleceram-se as relações diplomáticas com a Santa Sé, surgiram as Aparições de Fátima, as ordens religiosas regressaram a Portugal, apareceu o sidonismo, deu-se a revolução bolchevique na Rússia e terminou a Primeira Grande Guerra.

Não obstante todo este entendimento, devido às restrições do presente trabalho e aos limites do *Diário* do padre Martins Capela, iremos circunscrever-nos ao núcleo histórico mais efervescente desta transição: do Nacionalismo Católico (1901-1910) à quebra das relações diplomáticas com a Santa Sé (1913).

4. A análise de uma transição desta natureza não deverá remeter-se a um amontoado de acontecimentos, mas enraizar-se em matrizes ideológicas e doutrinárias que sempre são o suporte dos factos ou fenómenos históricos. É preciso enquadrar sempre os fenómenos históricos em ideias e doutrinas pois os factos brutos não existem. Só o sentido dá estatuto aos fenómenos históricos.

Os dois grandes paradigmas ou sistemas filosóficos que se confrontaram nesta época e lhe serviram de cenário foram o Neotomismo e o Positivismo. Este confronto filosófico resume, no plano social e ideológico,

¹ Evitando interpretações e extrapolações abusivas e até erradas optou-se por manter a ortografia e a terminologia dos textos consultados, sobretudo do manuscrito do *Diário*.

os contornos de todo o devir histórico no período de transição entre a Monarquia e a República.

O Neotomismo tem como teses centrais a submissão da razão à fé em matéria teológica e metafísica; a religião como fundamento da moral; a infalibilidade do Papa em matéria doutrinal; o carácter dogmático dos princípios religiosos; a imprescindível função assistencial e evangelizadora da Igreja.

Das teses do Neotomismo podemos deduzir alguns paradigmas que estão presentes nos processos sociais do período considerado. Um está consagrado na asserção unificante «Deus, Pátria e Rei»: um Deus como horizonte do Homem; uma Pátria como cultura, história e sentimento de pertença; um Rei como símbolo do poder e do melhor regime político. Nesta trilogia se resumia muito do conteúdo ideológico defendido pela Igreja Católica portuguesa. Outro paradigma diz respeito à interpretação do sofrimento e dos diversos males como sinais de Deus. Um outro paradigma consistia no carácter testemunhal ou defesa agónica dos princípios doutrinários. O crente não só estava vinculado como tinha a obrigação de testemunhar e defender os ideais da Igreja. Em período romântico era suposto que todos os cristãos fossem coerentes e defendessem a sua Igreja: combate a uma sociedade sem Deus, luta contra os males do século, moralização dos costumes e defesa da religião como fundamento da moral.

Quanto ao Positivismo, fundado na redução do espiritual ao temporal, na valorização das ciências experimentais, na emancipação da razão, na recusa da teologia e das ideias metafísicas e na defesa de ideias transformistas, também configurava alguns paradigmas sociais. Um paradigma é relativo à representação ideológica: razão animada por princípios científicos devido à grande urgência de desenvolvimento técnico, científico e industrial; recusa dos absolutos; desdogmatização da vida pública e privada; quebra dos vínculos da religião aos rituais e celebrações patrióticas; visão secular da existência; moral fundada na razão. Outro paradigma positivista e republicano fala-nos da construção da subjectividade e da cidadania: sociedade civil fundada nos direitos cívicos segundo uma visão iluminista; livre pensamento no plano religioso e moral; espírito crítico. Um outro paradigma poderemos assinalar: anti-clericalismo.

5. O denominado conservadorismo da Igreja constituiu uma luta sem quartel contra toda a inovação pois ela vinha com a marca do Positivismo, republicanismo, materialismo e ateísmo. E por isso desenvolveram a tese da recristianização permanente da sociedade, combate a todos os desvios doutrinários e desenvolvimento no plano psicológico e ideológico de teses catastrofistas.

Em tempo de recusa absoluta das teses “modernistas”, o conservadorismo como resistência à inovação era algo de transparente e natural. A recusa da mudança foi uma defesa de si, uma estratégia de busca da reforma como melhoramento do que existe. Impunham-se a Martins Capela e à Igreja mais as questões de união e de formação do clero que questões de mudança social. Mas tudo isto resultou numa certa incapacidade em lidarem com a voracidade do devir histórico. Enraizados numa visão metafísica, digamos até platónica e romântica, não souberam interpretar os sinais dos tempos.

6. As mudanças, crises ou revoluções não se desenrolam segundo um plano pré-estabelecido e uma lógica linear. O acaso, o inesperado e a espontaneidade estão sempre presentes. Do mesmo modo o carácter contraditório e paradoxal do devir histórico manifesta-se de inúmeros modos. É paradoxal como foi resolvido o problema do regicídio; é paradoxal como um punhado de “bravos da Rotunda” aguentou o seu posto sem que houvesse uma resposta pronta dos guardiões da Monarquia; é paradoxal o rotativismo no interior da Igreja enquanto sinal de tremendos conflitos internos; é paradoxal o ideário republicano num país quase unanimemente católico; é paradoxal o divórcio dos crentes em relação aos problemas de unidade da sua Igreja; é paradoxal o comportamento da Igreja perante o Partido Nacionalista.

7. A passagem da Monarquia à República supõe uma revolução sócio-política, mas ao nível interno da Igreja Católica portuguesa tal não deverá ser afirmado; julgamos que apenas se viveu uma crise no modo de ela própria se adequar ao tempo histórico. Não estamos perante nenhum cisma ou revolução doutrinal pois o Neotomismo e a Neo-escolástica continuaram. No entanto, as circunstâncias impuseram-lhe uma renovação interna face aos desafios dos novos tempos e face aos profundos conflitos com o Estado (expulsão das ordens religiosas, ocupação de muitos edifícios e propriedades da Igreja, cultuais, corte das relações diplomáticas com a Santa Sé, etc.) e a Sociedade Civil (alteração dos vínculos sociais, aceitação de várias ideologias, construção da cidadania, etc.).

Mergulhada no tempo, sujeita às ideologias e às controvérsias sociais, a Igreja partilhou as crises e problemáticas da época que estamos a analisar. Ela não constituiu uma ilha imune ao debate, à instabilidade, à crise, aos paradoxos, à alteração de paradigmas, à força da novidade e à dinâmica da renovação. Até hoje muitas coisas se mantiveram e outras foram resolvidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) pois este concílio desenvolveu os

propósitos de a Igreja não anatematizar as correntes de opinião e as ideologias das sociedades modernas, não excomungar, promover o diálogo, aproximar-se dos povos, estar ao serviço dos necessitados e abrir-se às novas realidades sociais.

1. Envolvimentos sociais e políticos num país “rotativo”

Todo o século XIX e primeiro quartel do século XX, desde as Invasões Francesas até à Ditadura Nacional, são tempos de acesos debates e agudos conflitos. Reinava por todo o lado um clima de intolerância e de intransigência. Todos se mobilizavam para um combate sem tréguas: nascimento e afirmação dos partidos políticos, aparecimento e afirmação das mais diversas filosofias e doutrinas sociais, polémicas em torno das mais diversas questões (económicas, políticas, religiosas, doutrinárias), relações tensas entre a Igreja e o Estado, desenvolvimento exponencial da imprensa como reflexo das polémicas e ideários filosóficos, acesas disputas eleitorais e fortes debates na Câmara dos Deputados. Enfim, uma sociedade conflitual a digerir a modernidade com todo o ardor romântico. Período de profunda crise social, de valores, de crenças, de consciência e de organização cívica ou ética; período de agitação revolucionária e, ao contrário, defesa intransigente dos ideários, interesses e vínculos estabelecidos. Foi neste clima que se forjaram espíritos como o de Martins Capela que com todo o vigor e espírito de missão deram a vida por uma causa.

1.1. A capacidade de intervenção social da Igreja

Martins Capela pertenceu ao número daqueles cavaleiros da fé ou apóstolos sociais que sentiram a obrigação de testemunharem as suas crenças. Propensão para uma actividade social, cívica e evangelizadora. Como ele, muitos outros se envolveram nas obras sociais mais diversas: assistenciais, pastorais, de ensino e de educação, culturais, de imprensa e de participação política. Em período conturbado, pedia-se ao padre que desse testemunho vivo da sua crença. É por isso que Martins Capela afirma:

«É então milícia o ministério sacerdotal? – Por certo. Se já milícia é a vida de cada homem sobre a terra, que fará a do padre, posto pelo Espírito Santo à frente dos outros homens?

Ora do mesmo modo que no exército, antes da escolha dos aptos para as armas especiais, se há-de formar o soldado: o homem forte, física e moralmente forte, animoso, valente, sóbrio, disciplinado, generoso,

sofredor, caminhando ao perigo com a firmeza que dão estes dotes, mais a consciência do dever jurado; – assim cá no seminário. [...]

Chama-se à Igreja Católica (e é) Igreja militante, e a milícia não recebeu instrução e equipamento para viver na caserna.»²

Martins Capela tomava as mais diversas iniciativas de valorização e defesa do clero, não ficando indiferente perante a ocorrência de determinados factos.

«[...] Fui de manhã procurar a casa delles, Mgr. Mariz, P.e Macêdo e P. Luis Gomes para enviarem convite aos collegas do Seminario p.^a uma reunião na sala das Conferencias hoje por 7h. t., a fim de delibermos numa manifestação de sympathia ao nosso Vice R.or pela aggressão injusta e calumniosa q. tem soffrido da parte de um periodico de Braga, o *Noticias do Norte*. Acorreram todos os convidados, menos o conego Vaz e D.r Peixôto, enviando este desculpa de não comparencia e adhesão ao pensamento. Presidiu á reunião o Conego Simões, secretariado pelos Ex.os D.res Cunha Guim.s e Cunha Brandão. [...]» (*Diário*, 29/1/1906)

«[...] Saí á tarde a uma pequena reunião de padres em casa do Ex.mo S.r Vigario Geral Cónego Rodrigues, para assentarmos na maneira de uma manifestação de sympathia ao Senhor Arcebispo, por motivo da portaria de censura, q. Lhe enviou em nome de El-Rei o ministro da Justica D.r Fratel [a propósito da suspensão da revista franciscana *Voz de Santo António*]. Assentou-se em convocar p.^a a proxima 3^a fr.^a uma reunião de todo o cléro do Arciprestado p.^a ouvir lêr uma mensagem q. assignem e acompanhem ao Paço. Ficou encarregado de a redigir o D.r Cónego Cunha Guim.s, e cá [eu] de escrever a carta convocatória, p.^a emprimir. Já cumprimos, um e outro.» (*Diário*, 12/7/1910)

Mas a dinamização de certas estruturas da Igreja não se reduzia a estes gestos de reparação de agravos, também possuía um enorme poder de mobilização que julgava ter em quaisquer circunstâncias.

«[...] Em Junho, 9, 10 e 11, as estrondosas festas a N. Senhora do Sameiro por motivo do quinquagésimo aniversario da definição da Imaculada Conceição, que reuniram em Braga mais de 200.000 forasteiros, todos animados de verdadeiro espirito christão. Espectáculo como antes não viram nem verão os meus olhos. Segui a pé a peregrinação ao Sameiro e lá assisti á coroação de N. Senhora na presença da

² «Padre do seu tempo», *Voz da Verdade*, Braga, 15/10/1908, pp. 499-500.

immensa multidão, e com assistência de todos os Prelados do Continente, Ex.mo Patriarcha q. celebrou a missa campal, Arcebispos de Braga e Evora q. na vespera tinham prégado na Sé, bispos do Porto, de Coimbra, de Vizeu, de Lamego, de Bragança, da Guarda, de Portalegre, de Beja, de Faro, arcebispo de Mytilene: todos presididos por Mons. Machi Nuncio Apostólico, encarregado por S. Santidade da cerimonia da coroação. Duas sessões de academias, uma dos Doutores, outra dos estudantes, na igreja do Seminário; terço á noite em marcha [...], Pontifical na Sé; procissão solemníssima ao S.mo Sacramento, conduzida por S. Ex.^a, com bênção ao publico no cruzeiro da Alameda e no terraço da Sé etc. Benedicta seja a Immaculada Conceição de Nossa Senhora!!! Benedicta.» (*Diário*, 20/7/1904)

O envolvimento social e político do padre foi uma realidade. Desempenhava as mais diversas competências e cargos públicos: Presidente da Junta da Paróquia, reitor de liceu ³, deputado e presidente de município ⁴, deputado da nação e elemento de listas eleitorais partidárias, sobretudo dos partidos rotativos. Deste modo, o padre estava estreitamente ligado aos mais diferentes processos sociais, quer por força da dinâmica social ⁵ quer por ideário.

1.2. A defesa da Monarquia e o problema dos vínculos

Martins Capela estava intimamente vinculado à Monarquia e assumia a sua relação de súbdito e patriota, procurando manter uma boa relação com os monarcas. Digamos que possuía uma “boa consciência” monárquica. Veja-se o relato que faz da passagem de D. Carlos e D. Amélia por Viana

³ Reitores do Liceu de Braga: cónego António José da Silva Correia Simões (1895-1897 e 1900-1904); cónego Gonçalo José Fernandes Vaz (1897-1900). Ver *Diário* de Martins Capela de 29/11/1899 e 14/11/1903.

⁴ O cónego António José da Silva Correia Simões era presidente da Câmara Municipal de Braga em 1897. Em Terras de Bouro vários padres assumiram os cargos de deputado e de Presidente da Câmara: P. João Gonçalves de Carvalho (Presidente 1898?-1901), P. Artur Augusto de Araújo Aguiar (presidente 1901-1904), P. Adriano José Gonçalves de Campos (vice-presidente 1901-1904 e presidente 1904-1908), P. José Bernardo de Freitas (deputado 1904-1908), P. José Maria de Araújo (1904-1908). Consultar *O Partido Nacionalista no contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996, pp. 138, 151 e 166.

⁵ Veja-se a título de exemplo o caso da extinção (14.8.1895) e restauração (13.1.1898) do concelho de Terras de Bouro onde alguns padres foram chamados a intervir. Consulte-se «1.º Centenário da Restauração do Concelho de Terras de Bouro», *Geresão* – Gerês, 20/9/1997 e 20/10/1997.

do Castelo (*Diário*, 30/11/1891); o pedido aos monarcas de um contributo para a sua obra do monumento ao Sagrado Coração de Jesus na sua aldeia natal (*Diário*, 5/1/1908); o luto que toma na altura do regicídio; a confissão de lealdade e vassalagem ao rei D. Manuel na sua passagem por Braga (*Diário*, 11/11/1908). Eis alguns relatos significativos:

«Dom.º [...] Com o bom P. Luis Gomes [da Silva] fomos num trem esperar á estação S. Alteza Real o principe Dom Luís. Foi tambem o Senhor Arceb.º, com a deputação do cabido, tres padres cá do Seminario, varios cavalheiros e muitos mirones ociosos. É um menino ainda nas feições; tem porém estatura alta e com tendencia p.ª engordar. Acompanhamol-o ao Bom Jesus e lá lhe beijamos a mão, sendo apresentados pelo Senhor Arcebispo. [...]» (*Diário*, 6/10/1901)

«[...] Fui hoje á aula e, no principio, disse duas palavras de sentimento e de protesto pelos assassinatos [regicídio] do dia 1º. Poucas palavras, por não podêr falar, de commovido, sôbre o assumpto. [...]» (*Diário*, 11/2/1908)

«4.ª f.ª [...] Lá tivemos em frente dos paços do concelho, pelas 11 ½ h. manhã a aclamação pela Câmara e pelo pôvo de EI-Rei Dom Manuel II. “Real, Real, Real por EI-Rei de Portugal, clamava de uma das janellas o Presidente do Municipio D.r Domingos José Soares. No campo as forças de infantaria e cavallaria da guarnição de Braga, policia, bombeiros e mocidade academica corporações com as suas bandeiras etc. D’ahi disfilou por frente do Quartel (Populo) pela ruas de D. Fr. Caetano, Nova de Sousa, do Souto, S. Marcos, Campo de Sant’Iago, da Rainha até á Sé, onde se celebrou Te Deum laudamus com assistencia á cunha. Permitta Deus N. Senhor q. seja p.ª bem de todos: do pôvo e do Monarcha. [...]» (*Diário*, 6/5/1908)

«4.ª fr.ª [...] Lá fui à estação à espera de S. Magestade EI-Rei Dom Manuel, q. chegou pelas 10 ½ h. m. Immensa multidão O esperava de todas as classes sociais, num impeto de verdadeiro affecto e entusiasmo! [...] Pela 1 h. t. assisti na Sé a um solemne Te Deum na presença de S. Magestade: Outra vêz immenso elemento official, e fardas militares e fardalhões agaloados. No largo fronteiro à Lápa assisti ao canto do hymno nacional q. parece ter agradado muito a EI-Rei e ao publico. Depois do Te Deum, seguii S. M.e da Sé p.ª a casa da Camara, onde deu recepção, e depois p.ª o quartel d’Infantaria 8. Eu vim ao Seminario, e segui p.ª o lyceu onde S. M.e apenas entrou à sala-nobre e descerrou uma cortina q. encerrava o próprio retrato. Vinha porém fatigadíssimo, e não se demorou seguindo num altomovel p.ª o Bom Jesus. Ao lyceu o acompanhou o Senhor Arcebispo, e parece q. ao Bom Jesus. A esta hora 6 ¾ t. deve estar a comer o jantar. Deus N. Senhor nol-o conserve!» (*Diário*, 11/11/1908)

A ligação de Martins Capela e da Igreja à Monarquia era algo natural pois qualquer alternativa a esse regime era rejeitada por significar positivismo, materialismo, ateísmo, anarquia, ausência de moral nos negócios públicos e recusa dos valores cristãos. No entanto, em alguns sectores, sobretudo intelectuais, quando a república se tornou inevitável, já se ia aceitando a ideia de que não era importante a forma de regime ou de governo, mas a melhoria da situação do clero, do ensino eclesástico, da moralização social e de preservação dos direitos e prerrogativas da Igreja.

Para além de uma “boa consciência” monárquica e de uma defesa convicta da Monarquia, podemos assinalar que Martins Capela e a Igreja Católica defendiam uma filosofia de vínculos e tutelas, indiciadores de uma sociedade fortemente estratificada: vínculo indissolúvel dos crentes em relação à sua Igreja onde entravam pelo baptismo, vínculo do paroquiano ao seu pároco, obediência do pároco ao seu bispo, vínculo e obediência da esposa ao seu marido, vínculo do povo à moral e subordinação desta à religião católica, vínculo de todos os cidadãos a uma nação católica, vínculo do Estado à Igreja em matéria doutrinal de um país católico e vínculo a um regime político (Monarquia). Por outro lado, a Igreja estava presente nos rituais de passagem: nascimento – baptismo, casamento e morte – extrema unção.

Enquanto os monárquicos e católicos mais conservadores defendiam os vínculos tradicionais, vínculos emergentes eram defendidos pelos republicanos, positivistas e mações: registo civil de nascimento, casamento e óbito; separação da Igreja do Estado; pluralidade doutrinária e religiosa; desenvolvimento do livre pensamento; afirmação da subjectividade do cidadão; emancipação da mulher. Nestes termos, os republicanos passaram a disputar esses padrões públicos de comportamento de modo a tornarem mais efectiva a republicanização do país como alternativa à Monarquia e à implantação da Igreja.

1.3. Celebrações e rituais patrióticos

Martins Capela tem uma posição claríssima quanto ao papel da Igreja na defesa da pátria: «Quando a pátria clama pela dedicação de seus filhos, sempre ao lado do patriota, o padre!»⁶ Como ele, e muito por sua destacada influência, a igreja bracarense celebrou os feitos mais significativos dos africanistas e não prescindia de rituais e celebrações nacionalistas. Citemos:

⁶ «Padre do seu tempo», *Voz da Verdade*, Braga, 22/10/1908, p. 510.

«[...] Nesse dia [19] foi a mensagem q. escrevi para o Major Mouzinho de Albuquerque, assignada por todos professores do seminário e pessoal interno. [...]» (*Diário*, 22/12/1897)

«Dia 20 chegou a Braga o Major Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, recebido nos braços dos estudantes do seminário e de todo o povo. Um triumpho, como nunca aqui se viu, com aprazimento de todos, menos dos q. pescam ou querem pescar nas agoas turbas da revolução. Tinha sido felicitado por uma mensagem dos Professores do seminário e alumnos do m.mo, quando no passado mez chegou a Lisboa. Aqui recebeu dos estudantes, mormente dos seminaristas, as maiores ovações, e alguns presentes p.^a lembrança. Assisti à chegada, ao Te Deum na Sé, ao jantar no Grande Hotel do Bom Jesus, e à partida. Ao subir ao landau, à porta da Sé ponde apertar-lhe a mão e beijal-a. É o perfeito typo de cavalleiro christão: forte, modesto e delicado. Permitta Deus Nosso Senhor seja elle docil instrumento de Suas misericórdias, como tantos esperamos!...» (*Diário*, 24/1/1898)

A pretexto da celebração dos feitos do «Herói de Chaimite», Martins Capela apresenta aqui a sua visão messiânica ou sebastianista, para além do seu declarado nacionalismo. Anseio por um homem destemido que pusesse fim à perturbação pública, desorganização social, perseguições à Igreja, fraqueza do Estado, instabilidade governativa e depauperamento das finanças públicas. Este tipo de sebastianismo prolongou-se no Integralismo Lusitano, Partido Católico, Sidonismo e Salazarismo. Por sua vez, a igreja bracarense ao celebrar os feitos em África estava a afirmar a sua tutela sobre certos rituais da nação e a afirmar também os seus vínculos aos destinos da Pátria. Algo semelhante se passou com o capitão Roçadas:

«[...] fui ao Te Deum á Sé, pelas victorias dos nossos soldados em Africa. Numerôzo de cleresia e officialid.e militar, falho em gente da ordem civil. Fêz falta uma allocução patriotica, e no côro musica de gente! [...]» (*Diário*, 20/10/1907)

«[...] pela 1 1/2 t. entrou [no seminário] o capitão Roçadas, p.^a responder ao convite q. lhe de cá fizeram. Fui com o Dr. Agostinho à rua do Souto, [à casa do] P[adre]. Aguiar, donde vimos menos mal passar [...] o nosso homem q. eu nem púde distinguir em meio da chuva de flores, com chuva e tudo. [...]» (*Diário*, 7/1/1908)

«[...] á Sé, no Te Deum, pela victoria de Africa (repetição) presente o capitão Roçadas, mais 2 officiais e 4 soldados da m.ma campanha. Numerosíssima e luzida assistência. Allocução gratulatoria pelo Rev.^o cónego Mons. Xavier da Cunha. [...]» (*Diário*, 8/1/1908)

2. Amplitudes e projecções da conflitualidade social

2.1. Fragilidade da Monarquia e ineficácia das estruturas do Estado

São inúmeras as referências de Martins Capela à fragilidade da Monarquia, à incapacidade do Estado, ao carácter caótico da vida social e política, aos problemas assistenciais e aos desmandos de muitos que atentam contra a vida. Revela um acentuado pessimismo pois pretendia um regime monárquico estável, uma ordem social sem crises nem tumultos e uma Igreja ilustrada, una e afirmativa. Martins Capela, em estado de ansiedade permanente, mostra-se sempre expectante em relação a uma crise ou revolução de consequências imprevisíveis, sobretudo a partir do regicídio.

«Dom.º [...] Da politica continua tudo alapardado, depois da supressão de quasi todos os diários de Lisboa, e do Porto alguns. Queira Deus q. não tenhamos por ahí bernarda; o q. seria de consequencias desastrosas. Pela província o povinho nada lhe doe e por elle não virá mal; mas nas grandes cidades, se no movimento entrar o elemento militar, bem pode ser nos dê agua pela barba e a monarchia jogue uma cartada perigosa, e nós tenhamos de correr as aventuras de uma revolução. A fame, peste et bello libera nos Domine.» (*Diário*, 24/11/1907)

«[...] Antehontem em Lisboa parece ter andado a bernarda na rua, de gente amotinada contra o governo, havendo troca de tiros, ferimentos de policias e morte de um delles, infelizmente. Parece q. foram presos alguns cabecilhas da revolução.

Mal vai isso, como symptoma de profunda perturbação social. Andamos todos mais faltinhos de juizo e do Santo temôr de Deus, por mal de nossos pecados!» (*Diário*, 30/1/1908)

Em Novembro de 1908 escreve ao rei D. Manuel que passava por Braga dizendo-lhe: «Temo de mim mesmo. [...] Senhor! Ficai connosco! e Vossa Augusta e Santa Mãe que venha também.»⁷

Os seus sentimentos e a sua “boa consciência” monárquica não o impediram de exercer a sua crítica à ineficácia do rei. Veja-se o que refere acerca da inoperância da corte para resolver as questões do reino:

«[...] S. M. El-Rei continúa caçando pelos diferentes parques da banlieue de Paris: “Le roi s’amuse”!... Deixal-o á sua sorte, já q. parece não tomar a sério o governo do Estado. [...]» (*Diário*, 6/12/1905)

⁷ «A El-Rei uma Palavra», *A Palavra*, Porto, 19/11/1908.

É consensual afirmar-se que o século XIX é o “século de ouro” da imprensa. Por ela passaram todas as polémicas e a exposição de todos os ideários; por ela se pode avaliar o grau de fragilidade da sociedade civil e das estruturas do Estado. Foi por excelência uma reconstrutora da realidade em tempo de descoberta e afirmação das mais diversas ideologias. Consultar criteriosamente a imprensa periódica da época relativa à passagem Monarquia – República constitui um dos exercícios mais enriquecedores para o conhecimento de um dos períodos em que mais violento esteve o debate filosófico, ideológico e doutrinário. Martins Capela foi um combatente e um polemista nas colunas dos jornais. A imprensa foi um dos campos de batalha mais utilizados tanto pela Igreja como por todos os grupos políticos e ideológicos.

2.2. Conflitualidade no interior da Igreja

Desde o início da Revolução Liberal que a Igreja Católica portuguesa e o seu clero viveram em clima de conflitualidade interna, extensão da conflitualidade social, ideológica e filosófica da época. No seu interior se enraizavam as mais diversas ideologias e doutrinas do tempo. Por outro lado, os conceitos de liberdade de pensamento, consciência cívica, direitos individuais e relativismo doutrinário ganhavam adeptos. Podemos citar alguns conflitos já conhecidos: criação e afirmação do Partido Nacionalista (1903-1910), «Questão de Beja» (1906-1911) e o caso da *Voz de Santo António* (1908-1910) ⁸.

Mas foram os pequenos conflitos, de grande repercussão local, que mais marcaram o panorama de descrédito de muitas iniciativas da Igreja. Mesmo nas zonas rurais mais recônditas existiram conflitos que ainda hoje persistem na memória oral. Foi muito difícil gerir uma Igreja com clérigos fortemente politizados.

«Dom.º [...] Volta hoje de Guim.s o Dr. Manuel[?] com más notícias das contendas entre conegos. Uma calamidade! Parece que hoje de manhã, a mãe e uma das irmãs do Vasconcellos insultaram de palavras e obras o conego Sanches, por umas referencias q. este fizera contra a honra da primeira, num pamphleto. Que triste sina a daquelles pobres cónegos!!... [...]» (*Diário*, 20/4/1902)

«Dom.º de Pentecostes [...] A nova do dia é a q. traz o Janeiro de o Prior de Santos, D.r Ribr.º Coêlho haver chamado aos tribunaes a

⁸ Ver *Diário* de Martins Capela de 11/2/1908, 31/1/1910, 10 e 11/5/1910.

Palavra e com ella uns 16 padres q. protestaram contra a sua attitude cobarde na Camara dos Deputados, por ocasião da interppelação do conego Homem de Gouvêa. Entre estes estam P.e Camillo, P. Fernandes, P. Carlos de Azevêdo (Sardinha! O pobre Ribr.º Coêlho cada vêz se colloca peor, a meu ver.» (*Diário*, 11/6/1905)

«[...] Apareceu hoje aqui o Abb. De Riocaldo [Terras de Bouro], com os req.tos um ao Senhor Arceb.º, outro a El-Rei, pedindo a permuta do beneficio (malefício é q. lhe tem dito) com o R.º Julio Candido Cesar. Para eu entregar ao Senhor Arcebispo, logo q. venha de Paradella ...

Discutimos um bocado, e préguei-lhe o q. me parece boa-doutrina. Tem fortes preconceitos contra S. Ex.ª o Senhor Arcebispo, em grande parte senão na totalidade, injustos. Tomara vê-lo fóra daquelles algomez, por bem delle e do pôvo fiel, escandalizado com tam porfiada lucta entre clericos.» (*Diário*, 29/1/1908)

2.3. Intentos reformistas

Para obviar muitos problemas internos, ora vislumbrados por alguns ora por todos constatados, houve um movimento reformista com sentidos diversos: zelar pela preparação doutrinal e intelectual dos eclesiásticos, adoptar regulamentos apropriados ao tempo, prevenir conflitos internos, estabelecer bases de uma autoridade dos bispos, ajustar-se aos tempos de crise e de combate.

Martins Capela foi um destacado reformista do seminário conciliar de Braga pois esteve inteiramente implicado na introdução da cadeira de Filosofia Tomista no seminário em 1896, sendo o seu primeiro professor; aquando da sua segunda viagem a Roma em 1900, a exemplo de muitas comissões oficiais que se deslocavam ao estrangeiro para aí recolherem informações e experiências, passou por alguns seminários e institutos religiosos de Itália, França e Espanha de modo a recolher os seus planos de estudo e regulamentos⁹; em 23 de Abril de 1902 foi incumbido pelo arcebispo da revisão dos Estatutos e Regulamento para o Seminário de Braga (*Diário*, 24/4/1902); em congregação de professores, realizada no Paço no dia 11 de Fevereiro de 1909, foi designado, a par de Mons. Joaquim Domingues Mariz e cónego Cunha Guimarães, elemento da comissão de reforma do curso teológico do seminário conciliar de Braga.

⁹ Os apontamentos recolhidos estão publicados no seu livro *A Roma! Vinte e tres annos depois*, Typ. De J. M. de Sousa Cruz, Braga, 1909, pp. 291-343.

2.4. Extensões psicológicas da conflitualidade social

Devido a uma faringite crónica («influenza»), Martins Capela foi frequentador assíduo das termas de Vizela, Gerês e Monção. Também muito padeceu por causa da gota, problemas de circulação e artritismo. Nos registos do seu *Diário* parece haver uma estreita relação entre os queixumes de saúde e os seus estados de alma. Mas mais notórios são sobretudo os estados de alma que estão na base dos seus vários testamentos. Nos momentos de preparação para um maior e decisivo combate, capacitava-se da sua missão, a um nível quase místico, e determinava o desprendimento de tudo o que tinha. Alguns amigos consideravam-no velho por sempre estar a pensar na morte. As datas dos testamentos ou notas testamentárias que conhecemos são de 7/7/1880 ¹⁰, 28/10/1887 (aprovado por notário), 6/9/1901 (aprovado por notário) ¹¹, 24/11/1902 e 23/11/1911. Transcreva-se alguns extractos do seu *Diário*:

«[...] Às 2 1/2 h saímos os dois [eu e meu irmão Alexandre] num carro p.^a Amares, onde se lavrou a escriptura do dinheiro meu em depósito na mão delle de 1:400.000 reis; em seguida, o meu testamento no not.^o, deixando como herdeiro um meu sobrinho, filho delle; a elle e mulher como usufructuários emquanto vivos. [...]» (*Diário*, 6/9/1901)

«[...] Passei a limpo e fechei com a copia do meu testamento um codicillo [...], p.^a o caso de fallecer em Braga. [...]» (*Diário*, 24/11/1902)

Em 23 de Dezembro de 1911, chamado para a reabertura das aulas no seminário, anota no seu *Diário* um conjunto de disposições testamentárias e comunica-as ao pároco de Carvalheira. E termina deste modo essas disposições:

«[...] Este pensamento q. ha muito trazia in mente, realisou-se agora com mt. grande satisfação, por ter de me transportar inesperadamente a Braga, chamado p.^a o serviço do seminario, e atenta a m.^a idade e acháques, e os tempos revoltos q. passam, bem pode ser q. por lá venha a falecer, sem tempo ou possibilid.e de o fazer tão deliberadamente como agora; pelo que muitas graças devo dar a N. Senhor.» (*Diário*, 23/12/1911)

¹⁰ Renuncia à vida paroquial para passar pelo Colégio da Barro (SJ) e iniciar a sua vida de professor e polemista.

¹¹ Aquando da entrada no projecto do Nacionalismo Católico (1901-1910), Martins Capela sentiu que este seria o mais decisivo e arriscado combate da sua vida.

E que dizer da época onde o suicídio e o assassínio se vulgarizou? Tantos suicidários notáveis!: Soares dos Reis, escultor (†1889); Camilo Castelo Branco, escritor (†1890); Júlio César Machado, folhetinista (†1890); Silva Porto, africanista (†1890); Antero de Quental, poeta – filósofo (†1891); Mouzinho de Albuquerque, militar africanista (†1902); Trindade Coelho, magistrado e político (†1908); Cândido dos Reis, militar e político (†1910); Manuel Laranjeira, escritor (†1912); Mário de Sá Carneiro, poeta (†1916); Florbela Espanca, poetisa (†1930).

Face ao suicídio de Mouzinho, como reagiu Martins Capela? Tantas esperanças postas no «cavaleiro cristão» e tudo terminando num acto incompreensível.

«[...] A nova do dia, e bem triste! é o suicidio de Mouzinho de Albuquerque, q. hontem de tarde, dentro de uma carruagem de Lisboa p.^a Benfica, junto á quinta das Laranjeiras, desfechou um tiro de revolver na cabeça: ficou logo môrto! São por ora desconhecidos os motivos de semelhante crime ou loucura. Em Lisboa, momentos antes, nenhuns indícios déra de allucinação. [...] Tambem ha dois ou tres dias, aqui um rapaz de 20 annos se tanto, filho do conhecido escultor Vieira pôz termo á vida atirando-se da ponte do Bico ao rio! Tristes tempos, estes que vão correndo. [...]» (*Diário*, 9/1/1902)

«[...] Trazem descripção dos funerais do Mouzinho os jornaes de hoje [...]. E contudo o mais triste labéu da vida de tão grande homem não póde mais apagar-se! Pobre grandeza humana q. assim roça pela ínfima degradação! Deus N. S. lhe tenha perdoado, ao infeliz!» (*Diário*, 11/1/1902)

Os duelos de honra foram frequentes e dão sinal claro de uma situação social e de uma condição psicológica.

«[...] Em Lisboa bateram-se em duélo o conselh.^o Reymão e o Dr. Bombarda!!! “Trocaram duas balas, como dizem, sem effeito e não se reconciliaram”!!! De q. servirá expôr a vida e a do proximo, atropellando a lei de Deus, do Estado e da Egreja? Pobres gentes!» (*Diário*, 5/7/1908)

«[...] A nova do dia é um duello em Lisboa entre o Conde d’Arnôso e um filho do Centeno[?], dissidente. Ficou levemente ferido o primeiro... no corpo e mais gravemente na alma e reputação de homem christão e sensato. Ora valha-me Deus. [...]» (*Diário*, 9/6/1909)

As fragilidades psicológicas são dos mais importantes sinais dos períodos de crise ou revolução. Podemos legitimamente afirmar que o usufruto

do enquadramento social e da cidadania é condição de saúde social e equilíbrio psicológico dos cidadãos. Por outras palavras, a cidadania pode ser vista como profilaxia das violências urbanas e dos males sociais.

2.5. Regicídio

O desfecho de todo um culminar de conflitos, polémicas e atentados teve a sua expressão máxima no regicídio de 1 de Fevereiro de 1908. Que o clima de conflitualidade estava ao rubro, que a desarticulação da vida pública era uma realidade, que nenhum homem providencial ou circunstâncias especiais estavam a emergir, isso é certo, mas matar o rei era coisa que nenhum monárquico de “boa consciência” suporia que viesse a acontecer.

«O regicídio do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe (1/2/1908) abalou toda a sociedade portuguesa. Este “crime supremo” veio alterar, por completo, a cena política portuguesa e tornar eminente a revolução republicana. Tornada inviável a esperança franquista, o medo e a instabilidade apoderaram-se de todos os espíritos conservadores, tradicionalistas e monárquicos. A ideia de caos, de catástrofe e de revolução eminente passou a ser a preocupação principal desses espíritos. Desiludidos e rebaixados, passaram a aceitar a ideia de um inevitável triunfo dos republicanos.»¹²

«[...] A noticia do dia, e q. ficará na Historia patria com letras de sangue, é a do assassinato de S. Magestade El-Rei e do Principe Real D. Luis, hontem ás 5.h e 1/2 da tarde, no Terreiro do Paço em Lisboa!!! [...] Tinham atravessado o Tejo num vapor e dirigiam-se ao Paço, quando meia duzia de covardes e malvados desfecharam sobre elles a tiro de carabina e de revolver! Dos seis, tres foram alli mortos por gente armada, os outros tres foram presos. Evidentemente mandados pelas socied.s secretas. Este luctuoso attentado tem-me trazido todo o dia contristado, horrorizado. [...]» (*Diário*, 2/2/1908)

«[...] Os seminaristas saíram com 8 dias de feriados, de lucto.» (*Diário*, 3/2/1908)

«[...] Aceitar a demissão do Franco, nesta conjuntura, foi um êrro gravissimo ou muito m'engano. Queira Deus q. o novel Rei e Sua Augusta Familia o não sintam por seu mal. [...]» (*Diário*, 4/2/1908)

«[...] Saí pelo meio dia a S. Barnabé e na volta comprei papel de lucto p.^a cartas, p.^a alguns mêzes. [...]» (*Diário*, 6/2/1908)

¹² Amaro Carvalho da Silva, *Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho*, Câmara Municipal de Lisboa / E.S.M.A.V.C., Lisboa, 1997, p. 142.

«[...] Tive de manhã um telegramma do Veador de Semana de S. M. a Rainha agradecendo; á tarde outro em nome de El-Rei e mais explicito, assignado pelo Sr. Conde de Arnôzo. [...]» (*Diário*, 7/2/1908)

«[...] Cada vêz se aclara mais a conjura dos assassinos, resolvida nas sociedades secretas no estrangeiro. É de lá q. tem vindo nos jornâes os fíos da meada, lembrando ameaças e predições encapotadas dos chefes das lojas-maçonicas. [...]» (*Diário*, 15/2/1908)

«Dia de lucto e de horrôr, por ser anniversario da aquella scêna de canibais, em plena Lisboa, no anno p. passado! Deus tenha em paz as victimas e perdoe e converta os algozes, por Sua infinita misericórdia. [...] Em Braga pareceu o dia de finados, pelo dobrar dos sinos e apparencia de gente de lucto, ás ceremonias fúnebres. Eu celebrei ás 7.h por alma d'El-Rei e do Príncipe, fui pelas 11.h á Sé e só assisti á missa solemne de defunctos, cantada pelo Rev.º Cónego Brandão em presença do Senhor Arcebispo; e sem esperar as absolvições pelo Ex.mo Prelado, fui á missa rezada pela m.ma intenção, do Ex.mo Rev.º Vigário Geral, Rodrigues, pelas 11 1/2 em Santa Cruz, com acompanhamento de musica de coro e responso final; depois assisti no Seminario a uma solemne cantada pelo Rev.º Sr. Vice Reitor, com todos os seminaristas, collegios de meninas e m.to pôvo. Bem foi por cá; queira Deus q. em Lisboa não tenha havido attentados dos facínoras q. por cá abundam e desgraçadamente.» (*Diário*, 1/2/1909)

Com o regicídio surgiu mais nitidamente a ideia de catástrofe iminente. Entendemos que essa visão, para um monárquico conservador, é sinal de uma grande desilusão social, derrocada moral e instabilidade psicológica. São significativas as palavras de Martins Capela a respeito de um sismo:

«Da Italia traz-nos o telegrapho a discripção summaria de uma catastrophe medonha de terramoto q. assolou a maior parte da cidade de Messina na Sicilia, perecendo numerosos cidadãos q. talvez passem de 100.000, e entre elles o seu Arcebispo. Parece q. se fendeu a terra engulindo vivos m.tos e o mar sahindo fóra do leito invadiu a cidade. Terriveis castigos d'aquelle Senhor, q. sendo alias pacientissimo porq. é eterno, de tempos a tempos estende a vara da sua justiça sobre os povos, como sobre os individuos.» (*Diário*, 30/12/1908)

3. O jogo dos subterfúgios e das influências

Em tempos de luta encarniçada e de intolerância ideológica, muitos são os jogos de subterfúgios e de fugas quer à legislação, aos deveres cívicos, aos vínculos assumidos, às medidas administrativas e às directivas

dos vários poderes e autoridades. Digamos que a autoridade estava permanentemente a diluir-se pois se ela não estivesse em consonância com certos privilégios de alguma personalidade, ideologia ou facção, era certo que não seria acatada. Digamos também que não havia parâmetros universais de avaliação nem critérios objectivos para serem respeitados por todos. Estava-se numa sociedade de compadrios, influências de caciques, favores e apelos à caridade, à bondade e ao temor de Deus. Parece que se vivia numa penumbra permanente, num terreno sempre movediço e fingido, numas meias palavras que nada diziam e num permanente ritual de “boas maneiras”. Todos jogavam este jogo. Chegou-se ao vício.

3.1. Fuga ao cumprimento da legislação

Havia um divórcio entre as cúpulas do Estado (Rei, Câmara dos Pares, Câmara dos Deputados e Executivo) e a Sociedade Civil. Digamos que o centralismo político colidia com a tradição municipalista e os negócios dos influentes locais sobrevalorizados pelo rotativismo. Quando uma qualquer legislação era contrária à pretensão de certas instituições ou personalidades, era certo que não era observada. Muitas vezes existia duplicidade de atitudes pois mostrava-se publicamente que a legislação era cumprida quando na prática tudo se fazia para a contrariar. Isto é, entre a lei e o seu cumprimento existia uma figura chamada “regulamentação” que ora demorava tempo a ser estabelecida pelos órgãos competentes ora se caía num impasse regulamentar devido à força das facções, instituições e influentes locais contrários à lei. O Estado não possuía os mecanismos necessários para a regulamentação, aplicação, fiscalização e punição dos prevaricadores. Pode até afirmar-se a inorganicidade do Estado em termos legislativos.

Um caso célebre diz respeito à criação e manutenção, pela Câmara de Lisboa, da Escola Maria Pia. Por influência de elementos republicanos e mações, concretamente Elias Garcia e Rosa Araújo, a Câmara de Lisboa desenvolveu um programa iluminista de ensino popular para os dois sexos. Assim, em 4 de Setembro de 1884 aprovou a criação da Escola Maria Pia para o sexo feminino que desenvolvia um currículo de Escola Secundária. Ora como a Câmara só podia superintender, legalmente, o ensino primário, intitulou-a “Escola Primária Superior”. Para credibilizar o projecto e sustentá-lo, nomeou António Manuel da Cunha Belém, uma personalidade de grande peso social e político (médico militar, político, jornalista e mação) e constituiu um corpo docente que pertencia aos quadros oficiais da instrução secundária e superior. No meio de grande controvérsia sobre a educação

secundária da mulher e sobre as verbas destinadas ao ensino, por portaria de 10/10/1891 foi nomeada uma comissão para proceder a um rigoroso inquérito sobre o estado e administração das escolas de ensino primário no município de Lisboa. Feito o “rigoroso inquérito”, o pelouro da Instrução da Câmara foi extinto por decreto de 6/5/1892. Apesar de tudo isto e muito mais, a Escola Secundária Maria Pia continuou e expandiu-se, acabando, 22 anos depois, por se transformar no primeiro liceu feminino por decreto de 31/1/1906.

3.2. Protecções e influências

Martins Capela movimentava-se socialmente com uma certa facilidade dado o seu carácter afável, as suas viagens ao estrangeiro (1877 e 1900) que lhe abriram horizontes, o relacionamento estreito com as mais destacadas personalidades da Igreja, do Neotomismo, do ensino eclesiástico, do jornalismo, da arqueologia e dado também o seu relacionamento com antigos colegas de estudo e amigos bem colocados no aparelho de Estado ¹³.

Mas isto não significa que não tivesse as mais diversas atitudes e palavras de repúdio pelo compadrio, pelas prepotências dos magnatas e pela manobra. Em tempo de combate e de desarticulação dos serviços administrativos, os empenhos e os favores eram frequentes. Segundo o critério que expõe nos seus textos, só actuava por compaixão, caridade, para defender a sua Igreja e para impedir injustiças. Digamos que tinha uma visão moralizadora da sua intervenção social.

Inúmeras são as notas no seu *Diário* sobre pedidos para exames, auxílio financeiro, colocação e transferência de párocos, intervenções junto do arcebispo, auxílio a desvalidos, aposentações, problemas de justiça e influências políticas.

«[...] entrou o R.º Abb. de Vallongo, P. Guilherme a pedir recomendação para uma causa na Relação de q. é relator meu Tio ¹⁴. Dei-lhe

¹³ Citemos apenas alguns casos: Manuel António Ferreira Deusdado (1857-1918); António Cândido Ribeiro da Costa – Procurador Geral da Coroa (nomeado em 1898), distinto orador («águia do Marão») e membro da Academia das Ciências de Lisboa; Abel Pereira de Andrade (1866-1958) – Director Geral da Instrução Pública (concurso de 1901); Conde de Arno (1855-1911) – fidalgo da Casa Real e Secretário do rei D. Carlos.

¹⁴ Dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro Juiz Desembargador da Relação do Porto, a partir de 1902, onde chegou a ser Presidente desta Relação. Em 24 de Outubro de 1910 foi exonerado pelo Ministro da Justiça (Afonso Costa). Faleceu no Porto em Novembro de 1911.

uma carta de conhecimento na mão, prevenindo-o de não poder esperar nada do pedido, mas será bem recebido. [...]» (*Diário*, 26/2/1904)

«[...] Á tardinha fui [...] ao Paço a falar a S. Ex.^a Rev.ma [...]. Parece q. quer a m.^a intervenção perante meu Tio, no Porto, para despacho favoravel na demanda do Seminario de Guim.s com o Conde de Azêna. [...]» (*Diário*, 25/7/1905)

«[...] decidiu-se que fosse eu só [a Guimarães]. Fui e sem trabalho de maior, Deus seja benedito. Lá em Guim.s com o R.^o Sr. Vice R.or e P. Henriques, pude informar-me melhor do estado da questão do Seminario com o Conde de Azenha; donde conclui q. o tal Conde é um visinho pouco aceiado, Deus lhe perdoe.» (*Diário*, 28/7/1905)

«Sabb. [...] Levantei-me ás 3 1/2 h. m. e ás 5 partia para o Porto no comboio. [...] sempre lá cheguei ao Valle Formôzo e felizmente encontrei em casa meu Tio q. está, Deus seja louvado. [...] Expuz o q. la me levava e conversamos animadamente desde as 9h m. até ás 4 1/4 t. Voltei a Braga no ultimo comboio [...]» (*Diário*, 29/7/1905)

«[...] Carta do am.^o Dr. Aguiar com um memorial p.^a favorecer o filho d'elle, Francisco na promoção a aspirante de médico d'armada. Foi ao R.^o Padre Lourenço, do Portugal, p.^a o Visconde de Castilho. A ver se pegam as bichas... [...]» (*Diário*, 14/12/1908)

«[...] Ao ir p.^a a aula, tive de falar ao Carlos Vieira, de Carvalh.^a q. tendo vindo aos seus negocios, trazia incumbencia de saber pelo miúdo o q. havia da pretensão do Balthazar [...]. Esta gente cuida q. posso tudo q.to lhes lembra. [...]» (*Diário*, 15/12/1908)

«[...] Carta do R.^o P. Lourenço de Mattos, do Portugal, em resposta ao meu pedido de há 2 dias p.^a o Francisco Aguiar. Que, senão por elle, por outro da Redacção procurara dar andamento ao negocio. [...]» (*Diário*, 16/12/1908)

3.3. Situação da Igreja face ao Estado e à legislação

As relações entre o Estado e a Igreja, entre ordem legal e prerrogativas da Igreja, entre espiritualidade e mundaneidade no período liberal e concretamente no período de transição da Monarquia à República, são dos temas e problemas mais difíceis de abordar, não só pela conflitualidade social sempre latente como pelo jogo de influências e dos subterfúgios existentes. É aqui que muitos dos paradoxos da época mais se verificam; é aqui que mais se nota a falta de um espírito apolíneo pelo que isto significa de ausência de transparência e de rigor e inoperância do Estado.

Uns queriam um Estado moderno e desenvolvido, outros defendiam tenazmente a vinculação da sociedade e do Estado a princípios de moralização social e vivência espiritual, segundo a tradição da história portuguesa.

Muito ainda faltava para que o Estado português fosse um autêntico Estado moderno pois a Igreja e muitas instituições privadas desempenhavam funções que lhe pertenciam: assistência social, ensino e educação, saúde e protecção na doença e exercício da autoridade e da ordem pública. Por falta de meios de modernização, havia uma grande permeabilidade entre obrigações do Estado e funções da Igreja.

As questões regalistas e de liberdade religiosa foram extremamente controversas em período de derrocada da Monarquia e afirmação de um republicanismo de cariz marcadamente positivista. Se por um lado a Igreja se submetia às leis do Estado, por outro lado sentia a necessidade de afirmar as suas prerrogativas e a sua autonomia religiosa face às doutrinas liberais e republicanas. Os bispos recusavam a submissão, sem mais, a ditames persecutórios bem como ao esvaziamento da sua função. Vivia-se num clima de permanente confusão que ora era benéfica ao Estado, evitando as questões religiosas, ora à Igreja de modo a promover as iniciativas que bem entendesse. Muitos problemas de regalismo surgiram. Citemos, a título de exemplo, os casos do conflito dos lentes de Teologia da Universidade de Coimbra com o bispo da diocese e com a Santa Sé (1885), a «Questão de Beja» (1906-1911) onde esteve envolvido o bispo D. Sebastião Leite de Vasconcelos e o caso da revista *Voz de Santo António* (1908-1910).

Julgamos que Martins Capela, patriota e apologista de uma intervenção explícita da Igreja, era defensor de uma estreita relação entre o Estado e a Igreja pelo que isto significava de unidade orgânica do todo social. No contexto do paradigma "Deus, Pátria e Rei", à Igreja competiria uma função espiritual e moralizadora como fundamento de toda e qualquer ordem social e ao Estado caberia a função administrativa e de gestão da sociedade. Para Martins Capela uma sociedade onde proliferasse o Positivismo, o ateísmo, o materialismo burguês e o republicanismo seria uma sociedade doente pois não tinha alicerces religiosos e morais nem perspectivas de uma finalidade da existência humana. É por aqui que, de certa forma, se poderá dizer que Martins Capela e a Igreja Católica portuguesa mais enraizada na tradição se filiam numa certa perspectiva de confessionalidade do Estado. Mas será preciso elucidar bem o sentido de «Estado confessional» pois convém ver o grau de teocratismo que isso possa implicar e o grau de supremacia da Igreja nos assuntos da administração pública. O sentido actual de «Estado confessional» não será o mesmo como se entendia na altura. Estado para os assuntos terrenos e a Igreja para o enquadramento religioso e moral da universalidade dos sujeitos. E era só assim que muitos, como Martins Capela, admitiam o regalismo. Hoje, reduzindo-se a

religião a uma dimensão subjectiva, impõe-se o Estado como instância abrangente e universal. Mas tudo isto é frágil face ao peso dos *media*, às iniciativas da Sociedade Civil, à construção da União Europeia e aos problemas da globalização.

Pelas posições que tomou em Viana contra as orientações políticas de Abúndio da Silva e pelas notas críticas em torno do livro *Será Lícito o Legitimismo?* (Porto-1893) do padre Francisco Correia de Portocarreiro, julgamos que Martins Capela não foi adepto do legitimismo nem do absolutismo miguelista por perderem contexto histórico e reavivarem os problemas sofridos pela Igreja aquando das guerras liberais e do cisma (1832-1842) que a dividiu.

3.4. O caso do Nacionalismo Católico e do Partido Nacionalista

A hierarquia da Igreja Católica envolveu-se no projecto do Nacionalismo Católico e do Partido Nacionalista? Sabemos que houve sérias divergências ao nível do episcopado e que certas posturas e posições do Núncio e da Santa Sé foram interpretadas de diferentes modos. Confrontando-se a imprensa católica ficamos a saber dos contornos muito pouco definidos da transparência de atitudes da hierarquia da Igreja Católica portuguesa. Foi um caso de muitos subterfúgios que ainda estão por esclarecer satisfatoriamente. A igreja bracarense teve uma postura muito própria que falta ainda averiguar detidamente.

«[...] Vieram hoje, como se esperava já, ao Senhor Arcebispo os ecclesiásticos e cavalheiros de Famalicão a interpelal-o sobre a fundação dos “Centros Nacionaes”; se os approvava e abençoava? – Que da melhor boa-vontade – E auctorizava a divulgar este facto e invocar o nome de S. Ex.ª? Que sim, apenas não queria Lhe attribuissem quaisquer operações eleitoraes q. os centros venham a emprehender. Ficaram satisfeitos e vão dar ao caso a mór publicidade. Te Deum laudamus! [...]» (*Diário*, 29/8/1901)

A questão dos subterfúgios e das influências aplica-se em toda a linha a esta questão do Nacionalismo Católico e do Partido Nacionalista. Foi uma questão paradoxal no interior da própria Igreja. Jogos de linguagem, jogos de influência e duplicidade de procedimentos. Só os chefes da Igreja mais atentos e melhor informados sobre o curso da sociedade liberal tomaram posições mais cautelosas.

Pelo seu carácter frontal e voluntarioso, pelas suas atitudes explícitas e pelo seu espírito de missão, julgamos que Martins Capela assumiu uma

das posturas mais transparentes no seio do Nacionalismo Católico. Chega a desiludir-se por completo: «Escrevi uma carta de demissão do Centro N. de Braga ao Ex.mo Sr. Dr. Cónego Rodrigues [...]. Foi preciso conceder que lá usassem o meu nome (para verbo de encher) e que iria às reuniões, quando tivesse letra sua.» (*Diário*, 10/12/1907)

Num país eminentemente católico, por que razões um partido como o Nacionalista, sempre se intitulando «verdadeiro partido católico», não logrou atingir uma expressiva representação parlamentar? À primeira vista, é paradoxal esta questão, mas é uma questão relevante para a compreensão da observância das teses doutrinárias da Igreja. De facto, o Partido Nacionalista foi o teste final para a defesa do tradicionalismo católico.

Ser católico ou monárquico nestes tempos era uma questão superficial ou de representação social e por conseguinte o paradoxo deixa de ser paradoxo. Dizer-se católico não implicava sê-lo convictamente e disso dar testemunho. Um período de conveniências, de caciques, de deficiente participação cívica e de desabamento dos vínculos tradicionais. Por outro lado, entendia-se o “ser-se católico” de muitos modos e não apenas daquele modo defendido pela hierarquia da Igreja.

4. A União Católica

Martins Capela foi um combatente pela unidade da Igreja Católica. Em período tão conturbado, parece que toda a sua inteligência e energia estiveram voltadas para a sua afirmação e valorização. Através da pastoral, obras assistenciais, cátedra, imprensa, investigação histórica, ilustração intelectual ou pelo exemplo de vida contribuiu notoriamente para a dignificação da Igreja Católica portuguesa. Em período de profunda perturbação da autonomia e papel social da Igreja, Martins Capela, já bastante desiludido com o projecto do Partido Nacionalista, realiza uma das obras mais emblemáticas da sua espiritualidade que consistiu no levantamento de um monumento ao Coração de Jesus na sua aldeia natal. Este monumento corporiza toda uma espiritualidade e simboliza o cerne do seu entendimento sobre a missão da Igreja em comunhão com a comunidade de crentes.

4.1. A espiritualidade como pressuposto de uma “cidade ideal”

Toda a acção pastoral, doutrinal e cívica de Martins Capela seguia a linha de uma espiritualidade profundamente assumida de tal modo que podemos vislumbrar no seu ideário um plano platónico ou augustiniano de

instauração de uma “cidade ideal”. Há nele uma feição mística pela coerência doutrinária, pelo exemplo de vida e pela observância escrupulosa dos princípios que defendia. Uma consciência utópica porque mergulhado nos seus paradigmas absolutizantes e na sua espiritualidade; uma orientação teocrática em tempo romântico.

«[...] E cá estamos com Deus no fim de outro anno; e este q. vem será o derradeiro do século XIX. No mundo social, q. formidável luta a que a Igreja Sancta tem sustentado contra o Mal, arregimentado pela maçonaria! Que de prepotências, atrocidades, hypocrisias em nome da liberdade!

E comtudo, isto é o mundo, isto foi e será provavelmente. Isto, a Historia – um theatro de abominações, de depravações em q. a virtude espesinhada tem de sempre andar aparelhada p.^a o martyrio. Quem terá saudades disto, á hora da sua morte?!

Levai-nos, Senhor, p.^a o vosso Reino, q. este não o é por certo. (Diário, 31/12/1899)

Amiudadamente encontramos expressões de intensa espiritualidade e onde não se vislumbra o mais leve sentido de vingança, despudor ou desprezo pelo próximo, apesar de ser mordaz na sua crítica social, sobretudo quando a espiritualidade não era vivida da forma mais autêntica.

«5.^a f.^a. De *Corpus Christi*! [...] Numerôzo clero e bastantes fardalhões: O povo vê a procissão, e os magnatas mostram-se na procissão; e eis ahi tudo. Misérias humanas. [...]» (Diário, 29/5/1902)

Entendia que pertencia à Igreja o papel de regeneração da pátria. Chega a afirmar: «Ai, só da Igreja espero a regeneração da pátria, e que fará Ela, esta mãe da civilização, sem clero compenetrado de seus deveres duplos, de religião e de salvação pública?» (Diário, 29.10.1891.)

Afirmada uma postura espiritualista e evangelizadora, para Martins Capela a união dos católicos tinha como pressuposto a união do clero. Sem clero ilustrado, obediente e compenetrado dos seus deveres seria impossível a união católica. Ao clero impunha-se um comportamento irrepreensível, uma sintonia completa com o seu bispo, uma vida exemplar e um espírito evangelizador. Julgamos haver aqui o perfil de padre como um apóstolo, um testemunho de uma causa e um cavaleiro da fé, à maneira de Sören Kierkegaard (1813-1855).

«Seja padre, primeiro: homem de caridade, de zelo, d’abnegação, de sacrificio. Sâia depois armado em pastor de almas ou prégador da

divina palavra; ou em professor, doutor e mestre; ou em missionario, jornalista, director ou cooperador de Circulos Catholicos de operarios, de Officinas de S. José; de Collegios ou Seminarios, de Casas de correcção, de Hospitáes, Leprozarias, de Regeneração de mulheres perdidas, e que sei eu mais?

Sáia para trabalhar, resoluta e denodadamente, no grande campo do Pae de Familias; que abundante é a mésse e poucos os operarios.»¹⁵

Martins Capela participou nas mais diferentes iniciativas de união do clero: assembleias, conferências, academias, representações e manifestações. Foi elemento preponderante quer porque tomou a iniciativa de as convocar quer porque aí fez intervenções destacadas.

4.2. Crítica ao “clero rotativo” e ao modernismo

Uma parte significativa dos clérigos envolveu-se completamente no rotativismo tomando o partido dos influentes locais e da conveniência dos negócios particulares. Não resistiram às questões da representação social, destaques, promoções e elogios e envolveram-se nas questões políticas mais sujeitas aos diferendos e polémicas públicas que facilmente levam ao descrédito de um sacerdote. Martins Capela sempre foi acérrimo crítico deste tipo de procedimentos, queixando-se da «lastimosa degradação do clero português».

«[...] Um artigo da Restauração, de critica firme e acieada, ao Franquismo dos padres e catholicos, parece ter feito barulho em Guim.s. Cá em Braga teve uma tiragem, em separata, para espalhar gratis.» (*Diário*, 24/1/1904)

«[...] Também ahi appareceu, q.do estávamos jantando o am.º cónego Vasconcellos, de Guim.s. Veiu provavelmente a cumprimentar o nôvo Governador Civil, da sua parcialid.e politica: passou de fugida.» (*Diário*, 21/6/1906)

«[...] A novidade do dia é o jantar politico dos progressistas da terra ao seu chefe local, Dr. José M. R. de Carvalho, par do Reino. Espera-se grande concurso, mêsmo dos q. foram ao dado no Porto ao Franco, aqui ha mézes!... Verêmos. Do q. me mais dôio é da presença de padres nestas manifestações mais q. laicas, dos partidos q. nenhuma confiança merecem aos catholicos na questão religiosa. Ai de nós q. nos perdêmos de animo leve e connosco perdêmos os outros!...» (*Diário*, 30/7/1907)

¹⁵ «Padre do seu tempo», *Voz da Verdade*, Braga, 15/10/1908, pp. 499.

«[...] A tardinha esteve aqui o R.º P. José Arraes, e entre outras cousas disse-me ter ido hoje ao jantar politico progressista, no theatro de S. Geraldo, o Rev.º Arcip.e de Amares. Como se tinha passado p.º os regeneradores, à ultima subida do Hintze, causou-me estranheza não pequena. Enfim lá o lêem, lá o entendem...» (*Diário*, 31/7/1907)

«[...] No comício republicano de hontem, aqui num quintal da rua de Jano, tomou parte na mêza como secretario, o Rev. P. Valle Rêgo, de Lanhôzo. Pois teve de as ouvir frêscas do António José d'Almeida. Entre outros dislates, saiu o de q. nunca nas autopsias, como médico, tinha encontrado a alma humana!... Que dentista de feira! No de Vianna dizem-me q. também o P. Fontinha tomara parte, e por certo ouviu as mesmas baboseiras, pois o Almeida veiu de lá. Então? Signaes do tempo, dizem, e eu acrescentarei: E da lastimosa degradação do clero português. [...]» (*Diário*, 20/3/1908)

Se a crítica ao “clero rotativo” é contundente, ainda mais o é em relação ao modernismo. Várias foram as controvérsias e as tomadas de posição da Igreja em relação a essa questão: encíclicas papais, excomunhões, debates na imprensa e processos internos. Martins Capela explicita em que consistia o modernismo:

«É o “modernismo” a grande heresia do nosso tempo, fulminada já e confundida por S. Santidade o Papa Pio X, ora reinante na Igreja de Deus, na sua monumental Carta Encíclica *Dominici Gregis*, de 8 de Setembro do ano próximo passado. [...]»

Assim é que se nos revela qualquer coisa de monstruoso, integrado por elementos discordantes, de positivismo de Littré, de idealismo kantiano, de panteísmo de Krause, de criticismo de Rénan, de transformismo haeckeliano. Tudo isto ou coisa pior ainda, e continuando assim mesmo a fingir de puro catolicismo aliás.»¹⁶

4.3. O Nacionalismo Católico como ultrapassagem do rotativismo e do modernismo

O envolvimento de Martins Capela no Nacionalismo Católico e no Partido Nacionalista foi algo de muito natural e espontâneo. Dois motivos principais: suas origens e seu ideário. Quanto às origens, podemos afirmar que pertencia a uma elite ligada à administração local e a um regime de tutelas e influências e, por tal, habituado a um elevado activismo social.

¹⁶ «Padre do seu tempo», *Voz da Verdade*, Braga, 22/10/1908, pp. 511-512.

Citemos que o seu primo Martins Paredes foi Presidente da Câmara de Terras de Bouro; seu cunhado por afinidade, João Pires Fernandes de Carvalho, foi deputado municipal durante vários anos; seu avô foi alferes de milícias e participou nas campanhas locais contra as invasões francesas; seu tio e mentor intelectual Manuel José Dias Salgado e Carneiro foi juiz, chegando a ser Presidente da Relação do Porto em 1910; seu primo António Salgado também foi juiz; seu irmão José foi professor primário; seu irmão Alexandre Silvestre pertenceu aos julgados de paz da freguesia de Chamoim, comarca de Amares. Quanto ao seu ideário doutrinário, basta referir a sua ligação ao Tomismo e à Neo-escolástica.

Embora profundamente envolvido no Partido Nacionalista – o único partido que, segundo ele, deveria congrega todos os católicos – nunca foi sua intenção assumir-se como representante político ou mentor de uma qualquer corrente de pensamento laico. Através do Partido Nacionalista pretendia a superação de um estado de conflito interno à Igreja, uma forma de unir e organizar os católicos de modo a conferir-lhe uma força política significativa.

Mas se era essa a sua intenção, depressa percebeu que tudo se ia resumindo a projectos pessoais de ambição política, a jogos eleitorais, a uma sociabilidade laica e mundana, a jogos de interesses e a uma luta cerrada entre caciques.

5. As consequências da implantação da República

5.1. A chegada da revolução a Braga

Martins Capela bem cedo se apercebeu da inevitabilidade de uma revolução com nefastas consequências para a Igreja. Chegou até, como atrás ficou referido, a desenvolver teses catastrofistas. Perante o regicídio, o rotativismo do clero e a implantação do ideário republicano, julgamos que a sua disposição para o combate se foi esmorecendo a ponto de nada fazer aquando da proclamação da revolução republicana. Esgotou-se na dádiva e entendeu que tinha chegado o momento da sua retirada.

Como decorreram os primeiros momentos da revolução republicana em Braga? É comum dizer-se que a revolução se fez na Rotunda e que só muito lentamente foi chegando à “província”.

«4.ª fr.ª [...] A notícia de sensação maior é a de ter rebentado a revolução republicana em Lix.ª, com fios cortados, railles alevantados dos caminhos de ferro, sublevação de algumas tropas, tiroteios, mortes

etc. Não vieram jornaes de Lix.^a. No Porto tambem houve um alborôto, de pouca importancia por ora. Estamos anciosos por noticias de Lisboa. S. Magestade q. devia seguir numa digressão por Traz os Montes, não foi. Ouvi q. p.^a lá fora o Senhor Arcebispo p.^a o cumprimentar, mas q. estava já de volta. [...]» (*Diário*, 5/10/1910)

«5.^a fr.^a [...] Desde pela manhã com a noticia de ter vingado a revolução em Lis.a, tendo recebido o Dr. Manuel Monteiro nomeação de Governador Civil. Parece q. veiu aqui ao governo civil p.^a q. lhe dessem entrega do governo; o Dr. Botelho porém não accedeu nem o general da brigada, avisando-os de q. se contivessem sua ordem p.^a o não obrigarem a medidas de repressão. Isto corre por ahi, não sei com q. fundamento. Eu fui por volta das 10h. ao Seminário de Santo António levar umas miudezas a meu sobrinho, e tanto na ida como na volta achei normalíssima a physionomia da cidade. [...] Á tarde saí ainda a visitar o am.^o Cónego Cunha Guim.s, q. tem estado doente, e vim pelo R.^o P. Aguiar a cuidar dos arranjos do sobr.^o Silvestre, e ainda nada de nôvo. [...]» (*Diário*, 6/10/1910)

«6.^a fr.^a 7. Tempo formôzo, louvado Deus. Tivemos a cerimonia da abertura solemne do Seminário, com missa do Espírito Santo, profissão de fé, distribuição de prémios e oração de *Sapientia* pelo Rev.^o cónego Vaz. Foi no refeitório velho, talvez por causa do arruido de vivo foguitorio na proclamação da Republica. Esta levava bastante gente, musicas, bandeiras de uma força do regimento 8. [...]» (*Diário*, 7/10/1910)

«Sabb.^o 8. [...] Andam por ahi em afflicção as casas religiosas, de um e outro sexo, com o decreto do novo governo republicano q. ameaça de expulsão nas 24 horas. Dizem-me q. os próprios R.s Padres do Espírito Santo estam a emmalar, apesar de algumas palavras macias do Snr. Governador [Civil], antigo discípulo do coll.^o. Á noite porém corre q. não será p.^a já etc e tal. Negaças q. o gato faz ao ratinho, q. tem já nas unhas.

Tive exames de philosophia pelas 9 1/2 h. m., e às 12 a primeira aula, de abertura. [...]» (*Diário*, 8/10/1910)

No imediato da implantação da República, a questão que mais atormentou Martins Capela diz respeito à sorte da sua irmã Rosa de Jesus, religiosa hospitaleira em Setúbal. A forma como lidou com o problema e as iniciativas que tomou dizem bem do seu carácter e da sua determinação.

«Dom.^o [...] Correm boatos tetricos, da sanha por parte do governo republicano contra as casas religiosas. [...] Onde estará a estas horas a m.^a póbre irmã! Lá foi para Setúbal uma cartinha a meter-lhe ânimo e propor-lhe acompanhá-la a casa. Queira Deus a encontre e aceite.

Oh! liberdade, liberdade! Quanto crime de tyrania por tua conta!... Quaes os crimes destas santas creaturas? Há 30 annos q. m.^a irmã tracta, dia e noite, os enfermos nos hospitais e recebe agora a prisão e o desterro!» (*Diário*, 9/10/1910)

«2.^a fr.^a [...] No fim desta [aula] resolvi ir falar ao Snr. Governador Civil, Dr. M. Monteiro, a pedir a restituição da m.^a irmã Rosa de Jesus (Sôror Mariana) que receio esteja detida em Lis.^a com outras muitas. Prometteu-me telegraphar ao Ministro de reino nesse sentido. Avisa agora pelo telephonio (6h. tarde) q. assim o fez. [...]» (*Diário*, 10/10/1910)

«5.^a fr.^a 13. Pelas 5 h. t. marchei pelo comboio-correio p.^a Lix.^a e graças a Deus q. fui e vim sem perigo, apesar do aspecto hostil da ralé, desnorçada pela imprensa jacobina e inimiga do padre. Tive excelente comp.^a no comboio, da parte do Sr. Menezes (Ermezinde) redactor do L.^o de Janeiro, viajante e homem de sociedade. A sair na estação do Rocio no outro dia...

Tinha recebido de manhã cedo um telegramma de m.^a irmã dizendo: "Vem, Escola Naval; Lisboa".

Os nossos Padres, o proprio Senhor Arcebispo, soube depois q. ficaram com algum cuidado de mim. Quiz Deus porém, q. nada houvesse de grave.» (*Diário*, 13/10/1910)

«6.^a fr.^a 14. Amanheceu-nos perto de Lisboa [...]. Na estação tive logo o encontro de um conhecido, o Dr. Carvalhinho, f.^o do pintor do mesmo appellido [...]. Desci em seguida ao Rocio, e seguindo para o Arsenal, depois de ter ouvido missa no Côrpo Santo e almoçado no José Gallego. Logo me informaram no deposito das perigosas irmãs hospitaletas, ter vindo já hontem p.^a Braga a m.^a irmã. Fui optimamente recebido e tractado pelos soldados da armada, q. me pareceram apesar da nota de republicanos, vexados com o papel q. lhes distribuiram de carcereiros, e commovidos de piedade das pobres e inoffensivas senhoras. Ao apertar a mão por despedida ao sargento q. intendia nisso, não pude cohibir a m.^a indignação e compaixão das innocentes victimas...

Queria-me fora de Lisboa quanto antes, de aborrecido, e felizmente mal cheguei á estação embarquei logo. Fiquei alliviado, e quanto mais o comboio fugia de Lis.^a tanto melhor. [...] No Porto ás 8h. t. e sem correspondencia com Braga, fui p.^o o hotel logo fóra da estação, onde fiquei bem e descansei, de q. vinha muito carecido. Nem admira, pois trazia quasi 25 horas de comboio, na ida e volta.» (*Diário*, 14/10/1910)

«Sabb.^o [...] Vim do Pôrto mt. bem e rapidamente. Em Braga tomei um trem q. pelo seminário foi levar-me á casa do R.^o am.^o Padre Aguiar, onde m'informaram estar a pobre franciscana. Abracei a pobrezinha, q. é hóspede do R.^o am.^o P. Aguiar [...]. Depois escrevi ao Alexandre despondo as cousas p. ella seguir p.^a Carvalheira [...].» (*Diário*, 15/10/1910)

5.2. Desarticulação da vida eclesiástica

Era inevitável que a Igreja passasse por momentos difíceis dado o seu envolvimento no campo político e ideológico e conhecido o seu *modus operandi* nas mais diversas matérias, desde o ensino até à vida das congregações religiosas.

«2.ª fr.ª [...] Depois da aula, por volta do meio dia, fui a dar o abraço de despedida aos Rev.s Padres do Espírito Santo. Uma desolação! Alguns pais de alunos carregavam mobília de cama, e apenas pude por m.ª parte abraçar bastante comovido o bom e sábio Padre Kempf, e o R.º S.r Blariat[?] que achei mais sereno. Foi cumprir um dever, quasi como de visita de pêsames. Os comentários de tudo isto guardo-os para mim. [...]» (*Diário*, 17/10/1910)

Por volta do dia 24 de Outubro Martins Capela inicia a preparação da retirada para a sua aldeia natal. Muitos outros clérigos, monárquicos destacados, dirigentes políticos e conceituados conservadores preparam, na zona de Braga, a saída para um lugar seguro. E Martins Capela põe fim às notas quotidianas do seu *Diário*.

«6.ª fr.ª 28. Os meus anos! São os 68! Escrevi a meu Tio Conselheiro Dr. M.[anuel José Dias] Salgado e Carneiro; [...] felicitando-o pela *distinção* recebida, de o exonerarem de Presidente da Relação [do Porto]; acrescentando q. também eu esperava qualquer cousa.

E porq. estamos com o pé no estribo, ignorando o que de nós disporão os S.rs do Governo, ponho aqui ponto nestas notas, mandando com outros este livro p.ª casa paterna [em Carvalheira]. *Fiat voluntas Dei, Amen!*» (*Diário*, 28/10/1910)¹⁷

O Seminário de Braga, um dos principais centros de dinamização do Partido Nacionalista e das acções mais destacadas de defesa da igreja bracarense, teve como destino a sua transformação em caserna militar.

«[...] De Braga escreve o bom Snr. P. Moura, mandando 25 missas. Diz q. o Seminario occupado pela tropa está numa desordem. [...]» (*Diário*, 18/7/1911)

«[...] Parece q. o meu ex-quarto do Seminario está occupado por um official da tropa lá aquartelada, e como q. o Seminario ficará definitivamente

¹⁷ Martins Capela só voltaria à sua escrita *Diária* no dia 27 de Maio de 1911, em Carvalheira.

p.^o isso. Ha muito q. lhe previa esse destino ao seminario, vendo como medrava, dia a dia, a politica jacobina apadrinhada pelo proprio clero rotativo. [...]» (*Diário*, 20/7/1911)

«[...] Dos jornais de hoje resulta q. a comissão administrativa de Braga agradece muito ao Ministro da Justiça Afonso Costa – ao agente destes arranjos Dr. Dom. os Pereira, bracarense, adm.or do concelho, a cedência do edificio do Seminário para o regimento 29, e do colégio da Preservação para o 11 de cavalaria, e do quintal do Paço e da quinta da mitra a S. João da Ponte não sei para que arranjos. Belo serviço do Pereira e superior critério da Ex.ma, digno de passar à Historia. Se não fossem as obras dos padrecas, como exhibir-se a generosidade de animo do ministro e o zelo patriótico do teólogo Pereira? [...]» (*Diário*, 28/8/1911)

«[...] No postal diz-me o Luís que no Seminário estão alojados agora talvez 500 homens de infantaria, música, etc. Tudo à cunha! [...]» (*Diário*, 19/9/1911)

«[...] O oficial agredido no seminário era o próprio comandante Coronel Gil que foi ferido no ventre com uma bala, livrando-se de mais com sargento que acudiu. Os revoltosos que tomaram partido pelo criminoso, renderam-se perante as metralhadoras e a gente do 8. Foram presos para o Porto, 46 soldados e cabos.» (*Diário*, 25/12/1911)

O arcebispo de Braga, tal como aconteceu a muitos outros bispos, teve que abandonar o Paço. Martins Capela refere-se inúmeras vezes a este facto pois considera uma das maiores afrontas que os republicanos poderiam fazer a um líder religioso: expulsá-lo da sua própria casa.

«6.^a fr.^a [...] Em Braga o Senhor Arcebispo, expulso do seu Paço, muda para uma casa do Campo Novo (Mouzinho de Albuquerque) [...]» (*Diário*, 24/11/1911)

«Dom.^o [...] A noticia do dia que nos traz a gazeta é um decreto do governo expulsando por dois anos (sem prejuízo da acção judicial) dos limites do distrito da Guarda o Ex.mo Sr. Bispo Dom Manuel Vieira de Matos, que terá de sair no prazo de cinco dias!!!.... [...]» (*Diário*, 26/11/1911)

«[...] Carta do amigo P. Luís, informando do Senhor Arcebispo, que parece resignado, e foi morar para junto do cônego Vaz no Campo Novo. Que se pensa em abrir o curso teológico depois do Natal, em casa alugada; que é o mesmo que não pensar em nada. Infelizmente isto vai ao fundo de todo, para castigo dos nossos pecados. [...]» (*Diário*, 28/11/1911)

«[...] o Arcebispo e Senhor de Braga teve de tomar nella uma casa de arrendamento, para não ficar na rua. E nem assim lhe concederam

viver em Braga! Morreu a um canto da diocese, em casa emprestada generosamente, mas emprestada.»¹⁸

5.3. Consolidação do regime republicano

As perseguições e fugas foram constantes a par de ataques às propriedades e bens da Igreja e das congregações, prisões de freiras e padres e encerramento dos periódicos católicos. Não plano civil foi constante a “adesivagem”.

«[...] Ainda há dias foi suspenso o semanário Grito do Povo, depois de lhe terem incendiado a casa do Centro Católico dos Operários, onde se imprimia. [...]» (*Diário*, 6/10/1911)

Retido na sua aldeia, Martins Capela sempre se movimentou sem qualquer incómodo, apesar de sempre estar a pensar numa possível prisão. Sempre teve o pensamento de que mais tarde ou mais cedo o iriam incomodar. Diga-se também que as forças militares republicanas estacionaram na sua aldeia para defesa da fronteira com a Galiza.

«[...] Hoje deparei da janella da sala com um official militar a olhar por isto á porta da capella e à casa. Perguntando-lhe se desejava alguma cousa, viemos á fala e soube por elle ser de Vianna e casado com uma neta do meu fallecido collega e am.º Miguel de Lemos. Estava montado, mas eu não via o cavallo encoberto com o muro, e esperava uma ordenança q. fôra procurar o regedôr do campo com o Dom. os Pires, tambem montado. Chamou-me pelo nome, e q. já o examinara em instrucção primaria. Seguiram p.ª Brufe. A primeira idéa, ao vel-o, foi de q. me vinham procurar como conspirador; o q. aliás nada me turvou como “quem não deve não teme”. Por mais de uma vez lhe offereci entrar: disse-me estar em Covide. Fiquei entendendo pertenceria á arma de artilharia: Era m.to sympathico e amavel nas suas referencias. [...]» (*Diário*, 9/9/1911)

Não se encontram em Martins Capela actos ou palavras de conspiração. Adoptou o preceito de Jacinto Cândido: «Não adiro, não conspiro, acato e retiro»¹⁹. Encontrando-se isolado na sua aldeia, Martins Capela

¹⁸ Martins Capela, «O nosso Arcebispo», *Voz da Verdade*, Braga, 21/5/1914, p. 248. D. Manuel Baptista da Cunha faleceu a 13/5/1913. O sucessor, D. Manuel Vieira de Matos, só seria nomeado em 1/10/1914.

¹⁹ Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas*, Ed. Império, Lisboa, 1963, p. 54.

apenas tem um ou outro comentário acerca de Paiva Couceiro, mas que nada significam.

«[...] I postal do bom amigo P. Moura explicando por doença alguns dias de falta [...] e acrescentando que renascem esperanças de melhores dias. A esperança a última consolação dos infelizes. Por isso a deixam cá fora os que entram a porta do inferno. Demais, muitos boatos por aí de que anda em Portugal já o Couceiro. Talvez, mas até novas, esperemos. Que a grande massa da população provincial faz votos para sua vinda, não há dúvida; agora que tenha entrado e sobretudo que venha a triunfar, é o que S. Tomé não acredita sem ver.” [...]» (*Diário*, 11/10/1911)

Uma das consequências da queda da Monarquia foi o abatimento anímico, cívico, moral e psicológico de muitos monárquicos, eclesiásticos e conservadores que não aguentaram a perda de referências, os insultos, as agressões, as perseguições e a falta de enquadramento social. Como em todas as revoluções, este é um dos problemas que é necessário ter em conta pois estamos a falar de uma sociedade em estado de desequilíbrio. Citemos, a título de exemplo, o caso dos falecimentos e padecimentos que ocorreram na casa de origem da cunhada do padre Martins Capela, Maria Angelina Pires de Carvalho, de Covide, logo após a implantação da República, falecendo sua mãe e os seus três irmãos padres: Marinha Pires de Carvalho (1831 – 8/4/1911), viúva e senhora da casa; padre Manuel José Pires Fernandes de Carvalho (12/2/1865 – 20/5/1911); padre Alexandre Adelino Pires de Carvalho (9/2/1855 – 7/12/1911), arcepreste de Amares e nacionalista; padre António João Pires Fernandes de Carvalho (1867? – Nov.1912); João Pires Fernandes de Carvalho, vereador (1890? – 1910) da Câmara de Terras de Bouro e refugiado na Galiza devido ao seu envolvimento na passagem de armas para os milicianos de Paiva Couceiro.

Foi com alguma eficácia que o regime republicano se foi instalando, como se todas as medidas já estivessem devidamente planeadas. Guiados por uma filosofia positivista e um ideário laicista, os republicanos depressa aprovaram legislação de saneamento de um Estado monárquico estreitamente ligado à Igreja: expulsão dos jesuítas e de todas as ordens religiosas (Decreto de 8/10/1910); extinção das Faculdades de Teologia e de Direito Canónico (Decreto de 23/10/1910); transformação dos dias santificados em dias úteis; extinção do ensino religioso nas escolas; extinção dos títulos nobiliárquicos; separação da Igreja do Estado (20/4/1911); liberdade de todos os cultos; culturais; quebra das relações diplomáticas com a Santa Sé (1913); registo civil; etc.

Com a republicanização do país, os párocos subordinaram-se às determinações republicanas e, muitas vezes, por imposições de sobrevivência, tiveram de ser bons colaboradores dos republicanos.

«[...] Que a maçonaria, agira plenamente á vontade sem nenhum órgão da imprensa catholica q. a desmascare, assim proceda, nenhuma admiração; que nesta obra satanica porém coopérem padres, o q. mal sei explicar. Ai padres, padres! Quanta responsabilidade perante Deus e a vossa consciencia, e quanta perante a opinião publica e a Historia!...» (*Diário*, 7/8/1911)

5.4. Retirada definitiva

Em Carvalheira Martins Capela passou o tempo nos seus trabalhos pastorais, concluiu as obras de levantamento do monumento ao Coração de Jesus, redigiu a monografia sobre a Igreja dos Remédios de Braga e foi colaborando na imprensa periódica.

Depois de muito instado, e apesar dos problemas de idade, de desalento e de saúde, em 31 de Dezembro de 1911 regressou às aulas do curso teológico do seminário que se reiniciaram em Janeiro de 1912:

«[...] Numa casa arrendada na rua que se chamou Nova d'El Rei, em frente às obras novas do nosso seminário, donde fomos expulsos pela militança que se lá instalou, funcionaram neste ano as aulas do curso teológico, desde Janeiro a fins de Junho, regularmente apesar da estreiteza do prédio, e aí mesmo se celebraram os actos finais. [...]

Nas horas vagas das m.as occupações ordinarias, dei-me á interpretação em versão p.^a portugues do Apologético de Tertuliano com animo de publicar alguns extractos d'elle na defeza da nossa Fé contra as investidas da imprensa jacobina, e p.^a alento do espírito christão do nosso p^ovo. [...]

Pelos prim.os dias de julho, em boatos de proxima incursão pela raia, cresceu o tropel militar e alguns dos padres da nossa casa tiveram idéa de se ausentarem de Braga por alguns dias; eu porém votei contra e ficamos. Nada mais soffremos q. troar de foguetorio de dia e de noite com as noticias de Chaves, onde a gente do Couceiro foi repelida e obrigada a internar-se na Galliza.

Por este tempo entrei de pensar outra vez em recolher a casa, não tanto pelo aspecto feio das cousas, como por sentir as forças decair visivelmente e p.^a tomar conselho e despedir-me pedi ao meu parente Dr. Freitas, abb.e de Adufe, uma entrevista nas Sette Fontes: Aconselhou

q. fazia bem retirar-me²⁰, e assim cheguei a procurar o nosso Vice Reitor p.^a lhe entregar um pedido de exoneração de professor do Seminário, p.^a ser enviado a S. Ex.^a o Senhor Arcebispo. Não o encontrei porém durante muitos dias, e entretanto pensando melhor nas circunstancias criticas do Seminário, pareceu-me mal dar parte de fraco e resolvi seguir ainda um anno. [...]

As aulas do Semin.^o principiaram por 20 de Outubro, sem solemnidade de abertura: o juramento dos professores tivemos-o na residencia arcebispal poucos dias depois.

Por m.^a parte principiei o serviço optimamente disposto de animo e regular de saude, com um curso de 20 rapazes q. me pareciam inteligentes e bem apostos ao trabalho. Apenas fui 4 vêzes á aula e nas vespersas da festa dos Santos resolvi, de um dia p.^a o outro, vir a Carvalheira por dois ou tres dias p.^a dar satisfação a umas necessidades de consciencia: queimar uns livros prohibidos e descobrir correspondencia p.^a Milão p.^a satisfazer 1 anno de assignatura de uma revista que há muito tinha sem pagar.

Saí no dia 31 e pernoitei em Covas. Nessa noite, mesmo na cama tive de repente uma forte dôr no joelho direito, rheumatico, e pensei mesmo em regressar a Braga, sem ter chegado a Carvalh.^a, tal foi o choque. Assim de manhazinha saí a dizer a S. missa na capella local e depois do almôço animei-me a seguir p.^a cima a cavallo até Sequeirós e depois a pé até aqui. No dia seg.e fui ás Mós e a Parêdes ver (pela ultima vez ,sem o pensar) o velho e venerando João Dias Pisão; em casa queimei uns 20 e tantos vol. das obras de Index, descobri a direcção postal p.^a Milão, escrevi p.^a lá a perguntar pela empreza da Scuolla Catholica e q.do pretendia solver o meu débito de 14 liras.

No dia 3 podia já regressar a Braga, mas quiz deixar p.^a o dia seg.e e neste saí a passeiar pelas oliveiras e parece q. humedeci os pés na relva, de maneira q. á noite estava já tomado do joelho, q. inchou muito e me não deixava apoiar nelle. Disse missa na capella, só com o ajudante por ter de andar agarrado ao altar. Mais dois dias estive esperando melhoras e com a égua do Rev.^o Abb. á mangedoira p.^a me

²⁰ Em 1901, aquando do início do projecto do Nacionalismo Católico e antevedendo um combate violento, decidi expor o problema da passagem da sua velhice na «casa paterna», em Carvalheira, ao seu director espiritual, P.e António Borges Vieira-S.J. No seu *Diário* de 24/11/1901 anota: «[...] Entrei á noite para exercicios em S. Barnabé [residência dos padres jesuítas em Braga], donde saí hontem á noite p.^a vir dormir ao Seminário. Foram conferentes os R.os P.es Abranches e Vieira S.J. Nelles tractei principalmente de serestar[?] qual será a vontade de Deus, no tocante ao fim da vida. Decediu o meu director [espiritual] R.^o P. [António Borges] Vieira q. podia, com segurança p.^a a m.^a salvação, recolher á casa paterna, quando impossibilitado de continuar no meu officio de mestre de meninos. Fiat. [...]»

conduzir a Covas. Não tendo afinal possibilid.e de jornadas, nem a pé nem a cavallo, quiz Deus N. Senhor por Sua misericordia esclarecer-me o espirito com a manifestação da Sua divina vontade, de q. devia considerar findos os meus serviços de ensino, enviando ao nosso Ex.mo Vice Reitor o pedido da m.^a exoneração p.^a transmittir ao Senhor Arcebispo. Esta resolução deixou-me em tanta paz o espirito q. não duvidei mais da sua origem superior. Benedicto seja Elle!

E como em Braga tinha deixado muitas cousas de uso quotidiano, q. me faziam falta, pedi a meu irmão José fosse lá no dia seguinte, sendo portador do officio de exoneração, e arrecadando e reconduzindo livros, roupas e mais miudêzas.

Ainda me lembrei de pedir 2 meses de licença p.^a tratamento; considerando porém a m.^a idade avançada e os achaques conhecidos, e por outro lado sabendo q. alguns collegas, moços e formados em Roma esperavam vaga, pareceu-me indecente tal pedido. Cuido q. assim mesmo S. Ex.^a o Senhor Arcebispo não approvou o meu passo, pois demorou meses a resposta e officio, se bem q. logo encheu a vaga com a nomeação do Dr. Antonio Bento Martins j.or.

Paciência! Tambem alguns amigos de lá q. sobre o assumpto m'escreveram, deixavam transparecer a hypothese de ter havido manha ou precipitação da m.^a parte! Escrevi-lhes a dizer as causas como foram em verdade, e acabou-se. [...]» (*Diário*, Jan. – Dez. 1912).